

25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBA – Salvador-Bahia-Brasil

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MONUMENTA (MINISTÉRIO DA CULTURA) SOB A ÓTICA DOS MORADORES DA CIDADE DE CACHOEIRA-BA.¹

Lívia Fraga Celestino²
Wendel Henrique³

Resumo: O trabalho situa-se no âmbito das discussões sobre as políticas de recuperação e preservação patrimonial em cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O lócus da investigação é a cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, que em função do seu vasto acervo histórico e cultural, vem recebendo investimentos estatais através de projetos, como o Programa Monumenta (Ministério da Cultura) e outras ações que visam recuperar o seu patrimônio urbano. Estas ações também objetivam a recuperação do seu dinamismo econômico, perdido à várias décadas. Este estudo propõe-se refletir sobre a atuação do Programa Monumenta, em Cachoeira, a partir da ótica dos moradores, uma vez que muitas ações de planejamento não são pensadas e executadas para atender a população local.

Palavras-chave: Programa Monumenta, Patrimônio cultural, Cachoeira, População local.

INTRODUÇÃO

A cidade de Cachoeira, Recôncavo Baiano, desempenhou papel de destaque na economia colonial brasileira, sendo uma das áreas escolhidas para instalação dos engenhos de cana-de-açúcar com exploração da mão-de-obra escrava. Sua localização privilegiada, às margens do Rio Paraguaçu, possibilitou sua especialização como entreposto comercial e favoreceu o desenvolvimento rápido da população, em função da economia do açúcar e do fumo. As riquezas acumuladas pela elite colonial foram materializadas na paisagem na cidade, principalmente na arquitetura barroca de seus casarões, sobrados e igrejas, aliado também a sua riqueza imaterial proveniente de matizes africana e por sua pluralidade étnica. Esta riqueza foi fundamental para, nos anos 1970, elevar Cachoeira à Monumento Nacional, sendo tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1971.

¹ A temática que apresentamos neste texto está inserida no Projeto de Pesquisa ‘Reestruturação urbana, mercado imobiliário, turismo e exclusão social no município de Cachoeira, no território do Recôncavo’. Aprovado no edital 005/2007 – Apoio a Projetos de pesquisa da FAPESB.

² Graduanda do curso de Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/FAPESB); membro do Grupo de Pesquisa Cidade-Território-Planejamento (Citeplan). E-mail: livia_fraga@hotmail.com

³ Professor Adjunto do Departamento e Mestrado em Geografia da UFBA. Líder do Grupo de Pesquisa Cidade-Território-Planejamento (Citeplan). Email: wendelh@ufba.br



Com o passar dos séculos as cidades do Recôncavo, dentre elas Cachoeira, passaram a sofrer um forte processo de decadência econômica e estagnação no desenvolvimento das cidades, devido à mudança no perfil da economia brasileira e na alteração no padrão de transportes do sistema flúvio-marítimo para o rodoviário. Com o processo de estagnação econômica, na metade do século XX, a partir da instalação da refinaria de petróleo na área do Recôncavo, mais próxima à Salvador, toda uma rede de infra-estrutura foi criada para atender as exigências da indústria petrolífera, atraindo grande parcela da população, das áreas canavieiras e fumageiras, para as cidades vinculadas às atividades petrolíferas. Este fato contribuiu para o isolamento das áreas que até pouco tempo desempenhavam atividades econômicas tradicionais, inclusive Cachoeira (BRITO, 2004).

Para superar este processo de estagnação socioeconômica, ações e projetos financiados pelo Estado vêm sendo desenvolvidos e instalados em Cachoeira, entre elas, a instalação de um dos campi da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Ministério da Educação, a atuação do Programa Monumenta (Ministério da Cultura), e a execução do Programa de Ação do Turismo Étnico Afro da Bahia (Ministério do Turismo). Todas estas ações potencializam a modificação das formas, dos conteúdos e a estrutura da cidade. Em uma cidade, como Cachoeira, considerada de porte populacional pequeno (segundo o IBGE, 2007, possui 32.252 habitantes).

A instalação da UFRB e a ação do Monumenta, bem como os projetos de turismo étnico (Ministério do Turismo) têm dinamizado a oferta de serviços e comércio em Cachoeira, conectando-a com os espaços da economia internacionalizada. Desta forma, apesar de ser pequena Cachoeira apresenta algumas funções e conexões de uma cidade média (HENRIQUE; FERNANDES; SANTANA, 2009, p.513/514).

Todas estas ações fazem parte daquilo que Santos (1997) classifica como verticalidades, que são ações externas à localidade, impostas sobre a estrutura urbana e social da cidade, onde os investimentos e ações público-privados têm o poder de modificar as formas e os conteúdos. Estas ações deveriam contar, obrigatoriamente, com a participação popular, mas constatamos em campo a pouca ou até mesmo a ausência de participação dos moradores nas decisões.

RECUPERAÇÃO PATRIMONIAL DO PROGRAMA MONUMENTA

Segundo o Ministério da Cultura (MinC), o Monumenta é um programa nacional que busca a recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro. Atua em locais que foram tombados pelo IPHAN e que estão na lista do Patrimônio Cultural da

Humanidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Antes mesmo de seu tombamento oficial, na década de 1970, inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, inúmeras políticas federais e estaduais de preservação foram realizadas na cidade, como o tombamento do Conjunto do Carmo (1938), Igreja Nossa Senhora do Rosário (1939), entre outros imóveis particulares (FLEXOR, 2007).

Segundo o Ministério da Cultura, o Monumenta tem como objetivo reverter os quadros de degradação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico nacional que encontram-se em grande parte localizado em áreas com baixo nível de atividade econômica e de reduzida participação da sociedade. Suas ações buscam promover obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações, além de atividades que auxiliem esta preservação. Estabelece também novos usos para os imóveis e monumentos recuperados, aumentando a utilização econômica, cultural e social das áreas do programa.

Nota-se que, nos sítios urbanos tombados, há um maior apelo às políticas para sua preservação, transformando a cidade histórica em produto de consumo cultural. Segundo Choay (2001), os monumentos históricos sofreram valorização com o passar dos anos e, com a nova política cultural das últimas décadas, criaram-se mecanismos destinados a valorizar o patrimônio e a transformá-lo em produto econômico, dentre as quais destacam-se a restauração e a animação cultural.

Inúmeros sítios urbanos brasileiros acumulam problemas tanto de esvaziamento populacional quanto funcional, aliado também a deteriorização dos monumentos no espaço urbano, seja por falta de políticas públicas adequadas, conscientização popular e governamental e da escassez de subsídios que auxiliem na manutenção e preservação destes sítios. No Brasil há algumas legislações que auxiliam na preservação do patrimônio urbano, mas muitos dos seus sítios estão em estado de deteriorização.

O Programa Monumenta iniciou-se em 1995, através de um contrato de empréstimo entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A supervisão e administração são realizadas pelo Monumenta que, está vinculado ao Ministério da Cultura, atuando em cidades históricas protegidas pelo IPHAN. O programa somente é implementado a partir da assinatura de convênios firmados entre o MinC, prefeituras e/ou Estados estabelecendo atribuições a cada uma das partes, valores a serem repassados e prazos de execução de obras.

Atualmente o Monumenta atua em 26 cidades, onde foram escolhidas de acordo com sua representatividade histórica e artística, segundo critérios de necessidade de recuperação estabelecidas pelo MinC, são elas: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG).

Especificamente, em Cachoeira, as principais obras executadas pelo Monumenta e os investimentos nas reformas são: Casa de Câmara e Cadeia (R\$400.551,92), Casa de Ana Nery (R\$183.251,67), Capela Nossa Senhora D'Ajuda (R\$135.901,97), Ordem Primeira do Conjunto do Carmo (R\$1.970.256,46), Ordem Terceira do Conjunto do Carmo (R\$ 2.561.078,22), Igreja do Rosarinho e cemitério (R\$436.188,22), Quarteirão Leite Alves, para abrigar a UFRB (R\$6.335.734,70), Igreja da Conceição do Monte (R\$753.389,03), Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário (R\$ 1.553.745,40), Imóvel Rua Benjamin Constant nº17 (R\$258.178,68), Imóvel Rua Sete de Setembro nº34 (R\$ 278.504,91) e outros imóveis que ainda não foram restaurados até então.

Da mesma forma que a UFRB a execução do Programa Monumenta faz parte das verticalidades impostas sobre a estrutura urbana e social da cidade de Cachoeira. Na Bahia, o Monumenta financia a reestruturação de Salvador, Lençóis e Cachoeira, sendo esta, a que recebe os maiores investimentos, executando obras na cidade desde 2006.

Os recursos para as obras de requalificação da cidade de Cachoeira extrapolam R\$30 milhões, entretanto o financiamento para a recuperação de edificações particulares com longos prazos (de até 20 anos) e juros zero, tem instalado um verdadeiro comércio de ruínas na cidade. Desta forma é evidente que há uma forte atuação de especuladores do mercado imobiliário na cidade, beneficiando-se do patrimônio já existente. Como já afirma Choay (2001):

[...] a embalagem que se dá ao patrimônio histórico urbano tendo em vista seu consumo cultural, assim como o fato de ser alvo de investimentos do mercado imobiliário de prestígio, tende a excluir dele as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas [...] (CHOAY, 2001, p.226).

Nota-se uma relação muito estreita entre a execução do Monumenta e a instalação da UFRB⁴, uma vez que o prédio da universidade foi recuperado com recursos do Monumenta, aliado também aos negócios complementares, como livrarias, papelarias, hotéis, entre outros estabelecimentos que estão sendo criados para o atendimento das novas demandas de estudantes e usuários da cidade.

O comércio da cidade vem sendo impulsionado, pela instalação da universidade, a criar novos estabelecimentos como copiadoras, livrarias, *cybercafês*, *delicatessen*, galerias, *apart* hotéis, entre outros serviços para atender a estes novos moradores que inserem novos tempos e novas temporalidades. Como afirma Henrique (2009, p.89) “[...] estes novos usuários, como novos desejos, consumos e necessidades acabam por levar a uma desestruturação do cotidiano anteriormente produzido e vivido [...]”.

Os novos moradores que foram atraídos pela instalação da universidade, novos empregos ou mesmo empreendedores que criaram estabelecimentos para atender ao novo padrão de consumo da cidade, são considerados “culpados”, segundo relatos de moradores, pelas conseqüências das novas dinâmicas produzidas. Estes moradores antigos “culpam” os novos pelo aumento dos aluguéis de imóveis, da violência na cidade, no barulho dos carros de som nos finais de semana, do consumo de drogas, ou seja, atividades contrastantes com a realidade até então.

Dentre os diversos locais na cidade que já receberam financiamentos do Monumenta foi constatado que muitas das unidades residenciais que receberam recursos estão sendo refuncionalizadas, para a criação de pequenos comércios e serviços em atendimento aos novos usuários, principalmente aos estudantes e professores da universidade.

⁴ A instalação da UFRB em Cachoeira, em 2006, através do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), financiado pelo Ministério da Educação, vêm provocando transformações na estrutura comercial e de serviços, devido ao número expressivo de universitários e, em menor número professores e funcionários. A instalação da UFRB na cidade é dita como conquista dos cachoeiranos, em uma luta em prol da democratização do acesso ao ensino superior, redefinidor da matriz de desenvolvimento socioeconômico, mas foi constatado em campo, a esmagadora maioria dos estudantes cachoeiranos não tem acesso ao ensino superior, e a grande parte dos estudantes da CAHL são oriundos de Salvador, outras cidades do Recôncavo e até mesmo cidades mais longínquas.

RECUPERAÇÃO PATRIMONIAL SOB A ÓTICA DOS MORADORES

Para compreender o atual processo de requalificação urbana promovida pelo Monumenta em Cachoeira, a partir da ótica dos moradores locais foi necessário a aplicação de entrevistas e questionários⁵. Os dados referentes ao Programa Monumenta, aqui estudado, referem-se aos anos de 2008 e 2009, totalizando 326 entrevistas.

A partir dos questionários realizados em campo pôde-se avaliar as modificações e alguns problemas decorrentes da implementação do Monumenta em Cachoeira. Entre os entrevistados, há quase uma unanimidade (96,4%) em relação ao valor histórico da cidade e apesar dos relatórios técnicos do Monumenta e das observações de campo, 78,6% dos moradores da cidade afirmam que as estruturas dos prédios históricos estão preservadas.

Através da observação direta dos locais restaurados, observou-se que muitos dos casarões e igrejas, onde houve atuação do Monumenta, permanecem sem uso ou encontram-se fechados à visitação pública, motivo de reclamação entre os turistas. A não utilização destes imóveis, já foi motivo de diversas reportagens de jornais de circulação estadual, como o Jornal A Tarde (20/05/2008) “alguns dos casarões restaurados pelo Monumenta encontram-se atualmente sem função, como exemplo o casarão construído no século XVIII, restaurado com o custo de R\$260 mil”.

O Plano Diretor da cidade não cita o Programa Monumenta, quando se refere ao patrimônio cultural urbano nos artigos que estabelecem normas a sua preservação, inibição de novas construções e modificações que comprometam a imagem do sítio histórico. Entre os entrevistados, 75,1% não conhecem o Plano Diretor, tampouco suas ações na cidade.

Nota-se também que não há um comprometimento do Plano Diretor com as políticas habitacionais para abrigar populações mais carentes de recursos que através de novas construções, especulação imobiliária e reformas urbanas de requalificação e refuncionalização estão sendo obrigadas a saírem dos seus locais de origem o que poderá proporcionar exclusão social.

O congelamento do sítio urbano de Cachoeira, pelo tombamento e a demora na liberação de obras de recuperação pelo Monumenta é uma das principais reclamações da população local, já que qualquer modificação necessita de autorização do IPHAN e o não cumprimento poderá acarretar multas.

⁵ Foram aplicados, desde 2007, 1069 questionários e/ou entrevistas com a população local e com os turistas, pelos alunos da disciplina Geografia Humana IV.

Entre os entrevistados da pesquisa, 82,1% conhecem o Monumenta e tem conhecimento sobre o tombamento da cidade pelo IPHAN. Segundo 73,2% dos entrevistados o tombamento, de alguma forma modificou a cidade, embora 22% destes vêem o tombamento como empecilho e problema fortalecendo conceitos negativos quanto ao patrimônio.

O desenvolvimento da cidade, principalmente, a partir do turismo é um aspecto relevante para os entrevistados, pois estimula a reestruturação física dos imóveis e espaços públicos antigos, pela intervenção do Estado através de projetos de restauração como o Monumenta, proporcionando mais desenvolvimento para a cidade. Segundo 78,6% entrevistados, após o Monumenta, o fluxo turístico aumentou, sendo este considerado, por 25%, muito favorável à economia local. Nos questionários com os turistas, 100% destes afirmaram ser de grande importância os programas de reformas de centros históricos, como o Monumenta e revelam que esta atuação torna a visitaçao mais atrativa.

A população local atribui à atuação do Monumenta ao aumento do fluxo de turistas na cidade, constituído em grande maioria por estrangeiros, atraídos também pelas festas populares e manifestações religiosas. Segundo 25% dos entrevistados, afirmam que este fluxo é altamente benéfico para a cidade, mas ressaltam que Cachoeira não possui infra-estrutura suficiente para manter turistas por um período de tempo maior, pois faltam hotéis, restaurantes entre outros serviços que proporcionariam maior permanência destes na cidade.

Em entrevista com moradores dos imóveis particulares restaurados, localizados no centro da cidade, a grande maioria (62,5%) obteve financiamento através de inscrição no IPHAN. Em alguns imóveis (37,5%), a função residencial foi modificada para funções mistas (residência e comércio), estabelecendo pequenos comércios e oferecendo serviços como sorveteria, salão de beleza e farmácia. Segundo 37,5% dos entrevistados, todo o pagamento do empréstimo será efetuado em 15 anos. Nota-se que existe prioridade para as reformas em imóveis que já desempenhavam função mista (residencial e comercial) ou exclusivamente comercial, tornado evidente o incentivo à refuncionalização da cidade.

A recuperação de imóveis privados poderá preservar a arquitetura histórica da cidade, valorizando esteticamente o centro urbano, tornando mais atrativo à vinda de turistas, por outro lado esta política não é extensiva a toda população, principalmente aquelas no entorno do centro restaurado. A recuperação destes imóveis pelo Monumenta

inflaciona o mercado imobiliário da cidade, já que proporciona prazos longos e sem juros, fato que eleva os valores destes imóveis.

Nos imóveis visitados em 2008, a grande maioria (37,5%), das reformas estavam em andamento. Os donos destes imóveis (75%) acreditam que os restauros em residenciais particulares auxiliam no aumento do fluxo de turistas, devido, principalmente, ao apelo estético e enfatizando que o centro histórico de Cachoeira, tornou-se valorizado esteticamente após a interferência do Monumenta.

Entre os moradores locais, 62,8% avaliam o Programa Monumenta como bom; 55,6% dos entrevistados enxergam melhorias sociais para a população. Segundo os moradores, 56%, acreditam que o programa foi idealizado para atender a demanda turística, fato que talvez dificulte a execução de projetos futuros que necessite do apoio da população. Apesar dos problemas, 73,7% dos moradores entrevistados afirmam que a cidade passou a ser melhorada após a execução do Monumenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as políticas públicas que envolvam modificações urbanas (Monumenta, UFRB entre outras) deverão ser discutidas de modo complementar e unidas, pois não é somente a morfologia urbana que é modificada com estas atuações, mas também as relações sociais que a compõem. Entretanto, não se descarta a importância dos programas (como o Monumenta) que de alguma forma recuperam o patrimônio de cidades, que muitas vezes encontram-se em estado precário de conservação. Desta forma, torna-se necessário fazer uma avaliação de como estes projetos estão sendo processados tanto por turistas como pela população local, possibilitando ajustes futuros relacionados ao planejamento de cidades, em especial, das cidades tombadas.

REFERÊNCIAS

BRITO, Cristóvão.C.T. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Florianópolis: UFSC, 2004 (Tese de Doutorado em Geografia).

CACHOEIRA. **Lei nº 730/2006 de 10.10.2006**. Plano Diretor Participativo. Cachoeira: Prefeitura Municipal, 2006.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

FLEXOR, Maria Helena O. (org.) **O Conjunto do Carmo de Cachoeira**. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2007.

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: Notas preliminares de pesquisa. **Geotextos** (Salvador), v. 05, p. 89-112, 2009.

HENRIQUE, W. ; FERNANDES, H. S. SANTANA, E. T. Reestruturação Urbana em cidades médias e pequenas do Recôncavo a partir da instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, v.19 n.2, 511-522, jul/set. 2009.

JORNAL A TARDE (Cristina Santos Pita). Casarão histórico está sem função, Salvador, 20 de maio de 2008, Folha Bahia, p, 14.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil). **Programa Monumenta**. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/>. Acesso em: 15 de Abril de 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: tempo e espaço – razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.